



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

CONCLUSÃO

Em 06/04/2015 18:02:08, faço estes autos conclusos ao MM. Juiz de Direito da 2ª Vara Cível da Comarca de São Carlos, Dr. Paulo César Scanavez.
 Eu, _____, Escr., subscrevi.

SENTENÇA

Processo nº: **0011237-31.2013.8.26.0566** (nº de ordem 1228/13)
 Classe – Assunto: **Procedimento Ordinário - Seguro**
 Requerente: **Oco Comercio de Eletronicos Informatica e Games Ltda**
 Requerido : **Aliança do Brasil Seguros S/A, BB Corretora de Seguros e Administradora de Bens S/A e Potencial Vistorias de Seguros Ltda**

Juiz de Direito: **Paulo César Scanavez**

Oco Comercio de Eletronicos Informatica e Games Ltda

move ação em face de Aliança do Brasil Seguros S/A, BB Corretora de Seguros e Administradora de Bens S/A e Potencial Vistorias de Seguros Ltda, dizendo que na agência do Banco do Brasil S/A firmou o contrato de seguro de nº 000053573, ramo 0118, compreensivo empresarial, cuja cobertura também atenderia furto de até R\$ 10.000,00. As duas primeiras rés figuraram como seguradoras. Seu estabelecimento foi alvo de assalto ocorrido em 02.10.2012, fato registrado em boletim de ocorrência de nº 1759/12. Comunicou o sinistro. A autora recebeu em sua empresa a terceira ré, em 04.10.2012, a qual procedeu à vistoria para atender à regulação do sinistro. Entregou a esta a documentação necessária que lhe fora exigida. Dias antes, a polícia civil recuperou algumas mercadorias roubadas, discriminadas no boletim de ocorrência, as quais foram levadas pela terceira ré, como salvados, para permitir o pagamento da indenização. As rés negaram-se a esse pagamento sob a alegação de falta de cobertura. Até agora a terceira ré não lhe restitui os produtos recuperados do roubo. Faz jus ao recebimento da indenização de R\$ 10.000,00, obrigação a ser imposta à rés seguradoras. A terceira ré deverá ser compelida a lhe



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

restituir os bens recuperados e caso tenham se extraviado ou deteriorado, deverá ser imposta condenação às rés no valor de R\$ 5.000,00. Pede a procedência da ação para os fins já especificados, além de honorários advocatícios, custas, correção monetária e juros de mora desde a data do sinistro. Documentos às fls. 9/45.

As rés foram citadas. A ré Companhia de Seguros Aliança do Brasil contestou às fls. 63/74 dizendo que a negativa da indenização do seguro foi fundada no fato de não existir cobertura para os objetos do assalto e sim se o objeto deste fossem valores. As mercadorias roubadas são bens não cobertos pelo seguro, devendo ser aplicado o art. 760 do CC. Não é caso de aplicação da inversão do ônus da prova. Juros e correção monetária incidem a partir da citação e ajuizamento da ação, respectivamente. Improcede a demanda. Documentos às fls. 81/88.

A ré Potencial Vistoria de Seguros Ltda contestou às fls. 89/95 dizendo que o auto de entrega das mercadorias foi firmado pela autora e ficaram sob sua guarda. A contestante levou consigo três produtos que não tinham condições de serem comercializados: filmadora digital Sony, um tablet de 8", um tablet de 7", discriminados à fl. 91. Coloca-se à disposição da autora para restituí-los. A autora está litigando de má-fé pois exige a devolução de bens que não foram entregues a ela contestante. O valor de R\$ 5.000,00 é abusivo. Improcede a demanda. Documentos às fls. 102/116.

Banco do Brasil S/A contestou às fls. 120/123 dizendo que a cobertura securitária seria possível desde que os objetos do furto ou roubo fossem valores e não mercadorias. Essa é a previsão expressa da apólice. Por valores entenda-se "dinheiro em espécie". Improcede a demanda. Documentos às fls. 124/127.

Réplica às fls. 132/139. Debalde a tentativa de conciliação: fl. 142. Prova oral à fl. 207. Em memoriais, as partes reiteraram os seus pronunciamentos (fls. 215/226).

É o relatório. Fundamento e decido.

A ré BB Corr. de Seguros e Administradora de Bens S/A contestou às fls. 120/123, muito embora sua identificação nessa peça tenha se limitado à denominação Banco do Brasil S/A. Essa ré figurou como corretora (fl. 13). Incontroverso que o contrato de seguro foi firmado no interior d agência do Banco do Brasil S/A. A autora informou na inicial que ao tempo da contratação do seguro, o preposto dessa ré afirmou ao presentante da autora que "o seguro



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

cobriria todos os bens da loja, inclusive um possível furto de mercadoria até o limite do valor de R\$ 10.000,00". Por essa razão é que se mantém essa ré, corretora do seguro, no polo passivo. Observo que em contestação esse fato especificado no segundo parágrafo de fl. 3vº não foi questionado pelas rés.

A ré Potencial Vistoria de Seguros Ltda é parte legítima para responder aos termos desta ação, pois foi acusada de retirar da posse da autora "os salvados" recuperados pela Polícia Civil. A autora ressaltou que, na hipótese da indenização não ser paga, todas as rés deverão ser condenadas ao pagamento do valor correspondente ao dos produtos do assalto.

Consta de fls. 16/18 que a empresa autora, na pessoa de seus prepostos e funcionários foram assaltados no dia 01.10.2012. Os objetos roubados estão discriminados às fls. 16, 20/23. A autora exibiu as notas fiscais de fls. 24/47 comprovando a titularidade dominial dos produtos roubados.

A autora comunicou às rés a ocorrência do sinistro, conforme fls. 81/86. A ré BB Seguros apresentou à autora o resultado de análise do sinistro nº 18201204697, conforme fl. 87, negando-lhe a indenização sob o fundamento de que o contrato de seguro ouro empresarial (proposta nº 36765621) não prevê cobertura para a subtração de mercadorias e bens. Consta de fl. 13 a proposta do seguro. As coberturas contratadas foram: a) incêndio, incl. de. tumultos, raio e expl. qualquer natureza ... R\$ 70.000,00; b) danos elétricos ... R\$ 5.000,00; c) quebra de vidros ... R\$ 1.000,00; d) roubo ou furto qualificado de valores – estabelecimento ... R\$ 10.000,00.

As rés, compreendendo a seguradora e a corretora, não exibiram a apólice de seguro elucidando a expressão "valores". Não consta de fls. 13/13vº de modo elucidativo que o vocábulo "valores" corresponde de modo restrito a "dinheiro". O Novo Aurélio, O Dicionário da Língua Portuguesa, editora Nova Fronteira, 3ª edição, 1999, pág. 2044, apresenta extenso rol polissêmico para esse vocábulo, não se restringindo à expressão "dinheiro" ou "moeda corrente legal de um país". No conjunto de bens que integram o estabelecimento da autora, destacam-se seus produtos ou mercadorias que integram o conceito de "valores".

Sem dúvida que a autora ao contratar o seguro imaginou que a cobertura de R\$ 10.000,00 para furto ou roubo de "valores" compreendia "as mercadorias presentes no estabelecimento". A conclusão do contrato deve guardar sintonia com os requisitos exigidos pelo art. 31, do CDC: "A oferta e apresentação de produtos ou serviços devem assegurar informações corretas, claras, precisas, ostensivas e em língua portuguesa sobre suas características, qualidades, quantidade, composição, preço, garantia, prazos de validade e origem, entre outros dados (...)".



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Sem dúvida que a proposta de fl. 13 contém expressão que induziu a autora a erro, imaginando que a cobertura compreendia "valores" alvo de furto ou roubo, cujo significado é abrangente e não restrito como imaginado pela própria seguradora. Trata-se de expressão que, no nascedouro, exigia limitação vocabular se é que a cobertura se restringia tão só a dinheiro.

Na regulação do sinistro, a ré Potencial Vistoria de Seguro Ltda levou consigo alguns dos produtos que a polícia civil recuperou após o assalto. Sem dúvida que esse fato gerou na autora ideia de que se tratavam de "salvados", imaginando desde então que a indenização pelo roubo seria satisfeita. Essa ré não agiu dentro do direito, na medida em que, até hoje, embora a negativa de fl. 14, não restituiu os bens para a autora. Com a procedência desta ação, evidente que os bens levados por essa ré deverão ser entregues coo salvados à seguradora, não tendo assim as rés obrigação legal de restitui-los à autora. De fato, essa ré levou apenas os bens especificados no primeiro parágrafo de fl. 91.

O valor dos bens roubados superou o valor da cobertura de R\$ 10.000,00, razão pela qual as rés Seguradora e Corretora terão que pagar à autora esse valor, com correção monetária desde a data do roubo, juros de mora de 1% ao mês contados da data da negativa de pagamento da indenização (fl. 14: 04.12.2012).

JULGO: a) PROCEDENTE a ação para condenar as rés Aliança do Brasil Seguros S/A e BB Corretora de Seguros e Administradora de Bens S/A a pagarem à autora, indenização securitária pelo roubo no valor de R\$ 10.000,00, com correção monetária desde a data do roubo, juros de mora de 1% ao mês contados da data da negativa de pagamento da indenização (fl. 14: 04.12.2012), além de 20% de honorários advocatícios sobre o valor da condenação e custas do processo; b) **IMPROCEDENTE** a ação ajuizada em face de Potencial Vistorias de Seguros Ltda. A autora pagará a essa ré, a título de honorários advocatícios, 15% sobre os R\$ 5.000,00 indicados na letra "d" de fl. 6.

P.R.I.

São Carlos, 08 de abril de 2015.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA